



## ATA REUNIÃO CONSELHO GESTOR DO PNSB

11 de agosto de 2022 – Cunha – Câmara Municipal

A reunião teve início em torno das 11:00 horas, na Câmara Municipal de Cunha/SP, com as boas vindas de Anderson Nascimento, chefe do Núcleo de Gestão integrada do ICMBio em Paraty, que agradeceu a presença de todos. Em seguida, foi feita uma rodada de apresentações. A lista dos presentes segue em anexo.

Anderson em seguida apresentou a pauta proposta para a reunião: os informes relativos aos encaminhamentos da reunião ocorrida em março, informes gerais da gestão do PNSB, o Termo de Compromisso com as famílias do Caixadaço e o funcionamento do conselho. Acordou-se que a reunião iria até às 15:30, com um intervalo para um lanche reforçado que seria servido no local da reunião.

Dando início aos informes, Anderson mencionou a participação do ICMBio na reunião do COMTUR de Cunha, realizada em 27 de abril, sobre a Pedra da Macela. O conselheiro Caio Penteado, do COMTUR de Cunha, destacou a necessidade de retomada do GT Pedra da Macela. Anderson falou das oportunidades e desafios na implementação deste atrativo. Informou da saída do analista ambiental Thiago Rabello, que foi por muito tempo responsável por essa agenda, e que ainda o ICMBio está com essa lacuna na gestão.

Em relação ao GT Sertões, Anderson informou da realização de reunião em São Gonçalo no dia 28 de junho, com uma pauta voltada para o Turismo de Base Comunitária e o diagnóstico das ocupações dos agricultores que se encontram sobrepostas ao PNSB. O conselheiro César Vieira, da AAPOP (Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty), que participou da reunião em São Gonçalo, ressaltou mais uma vez a necessidade de diálogo e reconhecimento dos agricultores dos sertões, dizendo: “Há 52 anos estamos esperando essa conversa do parque com as comunidades. É precisa dar segurança para as comunidades, ouvir a gente”. Edineia Correia, analista ambiental e chefe substituta do NGI ICMBio Paraty, relatou a visita feita com a comunidade no circuito de cachoeiras, em áreas fora e dentro do PNSB. A comunidade pretende desenvolver o TBC nesse circuito, em parceria com o PNSB e garantindo os acessos.

Quanto aos encaminhamentos relativos ao Sertão de Mambucaba, Anderson afirma que ainda não foi possível avançar nessa agenda, a obra do portal ainda não foi retomada, existe a necessidade de concluir – mesmo que em parte – e dar uso, para não perder o investimento já feito. Eliane, conselheira representante da Associação de Produtores Rurais do Vale do Mambucaba, lembra que as regras de funcionamento do portal foram discutidas com a comunidade, em reuniões conduzidas pelos analistas Thiago Rabelo e Maristela Resendes. Mas que não houve um retorno para a comunidade. Maristela informou que as regras construídas nas reuniões foram encaminhadas para a Procuradoria Federal Especializada – PFE – para análise e que o processo já teve retorno da PFE. É preciso, portanto, marcar reunião para dar esse retorno para a comunidade. Eliane informou da criação da Associação de Moradores do Sertão de Mambucaba, cuja sede está funcionando na escola do Sertão, foi recentemente desativada pela Prefeitura de Angra. Informou ainda que a estrada está sendo melhorada pela Prefeitura de Angra, e junto com isso cresce também a quantidade de loteamentos irregulares.

Quanto ao GT DER relativo à estrada RJ 165 Paraty – Cunha, Anderson informa que está os trabalhos do grupo não tiveram andamento. Com a CCR ocorreram 2 reuniões, marcadas pela empresa, que tem compensações ambientais que podem ser direcionadas às UCs. Mas as obras previstas para a Rio-Santos, concedida à CCR, não afetam diretamente as UCs federais.

César questionou o fato do Parque por fogo nos ranchos nas operações de fiscalização, acha errado. Lembrou que em 2020 foi ateado fogo em um rancho seu, um rancho muito antigo. É preciso conhecer a história dos lugares. Nilton, conselheiro da Associação de Moradores do São Roque, considera que a fiscalização precisa ser orientadora e não só punitiva.

Anderson destacou a necessidade do parque compartilhar benefícios com o entorno e que muitas vezes a sociedade não enxerga o trabalho feito. Edineia enfatizou a carência de servidores, a ausência de concursos públicos e considera que é reflexo da importância que é dada à questão ambiental pela sociedade. São somente 5 fiscais no NGI Paraty para três Unidades de Conservação federais. A sociedade precisa cobrar a realização de mais concursos.

Neiva, conselheira da AMOT (Associação de Moradores da Trindade) considera que é preciso usar a tecnologia na fiscalização, como forma de minimizar a carência de fiscais.

Eliane lembra que o produtor rural é parceiro, ajuda na fiscalização, é preciso enxergar o produtor rural como parceiro. Maristela sugere envolver os conselheiros em atividades de monitoramento.

Em relação ao GT Trindade, Neiva informou sobre as reuniões realizadas, que tem se dedicado a pauta relativa à praça de interface e a praça Dão. Falou também sobre multas que são feitas na Trindade às vezes sem a comunidade saber e sobre a necessidade da comunidade ter benefícios com o Parque.

Carlos Felipe, analista ambiental do ICMBio e coordenador da área temática de Gestão Socioambiental, destacou o desafio de dar concretude à caixa de ferramentas e instrumentos de gestão das unidades de conservação, para além da fiscalização. O Grupo de Trabalho é uma das formas de atuarmos com a sociedade. O GT Trindade está trabalhando no âmbito dos dois conselhos – do PNSB e da APA Cairuçu. Foram definidos 2 temas iniciais para se trabalhar – as duas praças citadas (Dão e Interface) – a partir de uma lista com uns 12 assuntos. Considera que o trabalho nos GTs é um exemplo a se seguir nas diferentes comunidades abrangidas pelo Parque, mas que demanda muita organização do ICMBio.

Dando continuidade à pauta, Anderson fala do processo de formalização de parceria que já existe há muito tempo com a Prefeitura Municipal de São José do Barreiro. Está em fase de apreciação pela PFE um acordo de cooperação de 3 anos entre o ICMBio e a Prefeitura Municipal. Assim que o acordo for publicado, será agendada reunião para elaboração de plano de ação e cronograma.

Caio Penteado destaca que a Prefeitura de Cunha também apóia o PNSB há muito tempo, sendo este outro acordo de cooperação que precisa ser construído.

O grupo lamentou a ausência de representantes de São José do Barreiro na reunião. Kiko, conselheiro do Instituto Butantã, lembrou do GT São José do Barreiro, que estava funcionando muito bem na prevenção/controle dos incêndios, garantindo uma ação rápida. Kiko ressaltou que é barato e eficiente para a gestão contar com o envolvimento da comunidade, que o relacionamento deve ser fortalecido a partir de interesses comuns.

Voltando ao tema Praça de Interface na Trindade, Anderson informou que está em vias de contratação outra empresa para a conclusão do projeto executivo da praça, em um prazo de 120 dias, aproveitando o projeto arquitetônico já elaborado. A empresa que ganhou o certame, com um preço muito baixo, apresentou um cronograma superior aos 120 dias previstos para execução. Desta forma, será contratada a segunda colocada no certame, para atender ao prazo previsto no edital. Sérgio Mello, da Prefeitura Municipal e Paraty, lembrou da necessidade de dar andamento ao licenciamento ambiental da obra, de competência da Prefeitura e também junto ao IPHAN.

Pedro, conselheiro representante da ABAT (Associação de Barqueiros da Trindade), considera que o ICMBio está muito focado na Praça da Interface, ao mesmo tempo que a caiçara Dolores, que está lá desde antes da criação do Parque, está com uma ordem judicial de demolição de sua casa por conta de autos de infração do ICMBio, que ranchos de pesca foram retirados e que recentemente a ABAT foi notificada por conta da pesca tradicional da tainha. Ele diz que não quer discutir praça da interface sem discutir o seu direito de pescar, sem a garantia do direito dos caiçaras, dos pescadores. Considera que há uma precariedade nas tratativas com os comunitários.

Anderson retruca que recebeu uma herança de problemas e conflitos, mas que o projeto da praça de interface tem um processo estabelecido de construção com a comunidade.

Neiva realça a contradição entre a ação do ICMBio na Trindade: a ação de demolição contra a Dolores e a construção dos termos de compromisso com a ABAT e com a família da Guadalupe. Perguntou: “Por que o TC não foi estendido para a família da Dolores, também moradora na Praia do Meio”?

Anderson ressalta que o ICMBio não questiona a tradicionalidade da D. Dolores. O filho da Dolores, seu Milton, explicou que foi alegado na ação que a Dolores era moradora tradicional da Trindade desde antes do Parque, como os antigos do local sabem, mas que o processo foi enviesado desde o início e que sua mãe foi tratada como invasora.

Carlos Felipe sugeriu que o conselho elaborasse e aprovasse uma moção reforçando as comunidades tradicionais como sujeitos de direitos específicos em relação aos seus territórios.

Passando para o próximo informe, Anderson falou sobre o sistema de rádios de comunicação que serão instalados no PNSB e que permitirão ampliar em muito a capacidade de comunicação. O sistema será também compartilhado com o Parque Estadual da Serra do Mar. Os rádios vão ficar nas estruturas do NGI e também em bases móveis (viaturas). Existe a possibilidade de também atender a parceiros.

Quanto a Pedra da Macela, houve a abertura de novas trilhas, algumas com acessibilidade para idosos e com cadeira “Juliette”. Os horários de funcionamento estão restritos de sexta a domingo. No evento “Um dia no Parque”, organizado pela SOS Mata Atlântica em parceria com o ICMBio, houve o plantio de mudas por escolas. Alguns conselheiros reclamaram que foi informado muito “em cima da hora” esse evento. Anderson concordou, mas disse que não teve outro jeito. Quanto à folheteria específica para a Pedra da Macela, estão previstos no TAC de Furnas o fornecimento de 50.000 folders por ano para o ICMBio.

Anderson fez um informe sobre reunião realizada com a TurisRio/Secretaria de Turismo sobre a Pedra da Macela.

A analista ambiental Maristela Resendes falou a respeito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, de responsabilidade da Eletronuclear que está sendo executado no interior do PARNA Serra da Bocaina. Trata-se de uma condicionante do licenciamento ambiental de Angra 3 e só pode se dar em áreas onde já ocorreu a regularização fundiária. Está sendo executado em grande parte na área de São José do Barreiro (62 hectares), com a retirada de eucaliptos, e em 7 hectares em Trindade, nos terrenos de marinha na praia do Meio e praia do Caixadaço. Maristela fez um breve relato do histórico do processo. Em 2016, a Eletronuclear licitou o projeto. A licitação para a execução do serviço, propriamente dito, se deu no início de 2020. Foi instalado um viveiro temporário na parte alta do parque e foi dado o início do corte das espécies exóticas, o que gerou impacto e reclamações. Em Trindade, para minimizar o impacto da retirada das amendoeiras, a sugestão da empresa é plantar Figueira Mata-Pau em volta de cada amendoeira, para que esta espécie no seu crescimento vá progressivamente estrangulando a amendoeira.

Maristela Resendes informou que há necessidade de realizar uma reunião entre Proerg (empresa contratada pela Eletronuclear para executar o PRAD), famílias da Praia Caixa d’Aço e o ICMBio para definir a forma de execução do PRAD a partir da ocupação dessas famílias, principalmente quanto a supressão das árvores exóticas invasoras existentes na praia, como a amendoeira (*Terminalia cattapa*). A representante da família Brienza Lopes, Sra. Lira Brienza Lopes, informou que sua família concorda com a retirada dessas espécies, pois as mesmas além de impedir o desenvolvimento da vegetação nativa de restinga não exercem a função protetora da areia da praia contra a ação do mar. Mesmo com esse posicionamento, a analista ambiental enfatizou a necessidade de realizar uma reunião com a família para que possa ter tudo documentado no processo do PRAD em questão.

Anderson falou sobre a emissão de autorização do ICMBio para o licenciamento da ETE em Trindade. Fez um breve histórico do processo, que teve início com uma autuação e embargo ainda pelo IBAMA. Posteriormente, o ICMBio herdou esse processo, por pertinência. Lembrou que o saneamento é uma política pública de grande importância. A ETE terá capacidade de atendimento de até 7.000 pessoas. Representantes da Trindade fizeram críticas ao processo, pois entendem que a capacidade da ETE não vai atender ao fluxo de turistas que Trindade recebe. Devido ao adiantado da hora, a necessidade de abordar outros pontos da pauta e fechar os encaminhamentos, a discussão sobre a ETE deverá ter continuidade no GT Trindade.

Por fim, Carlos Felipe falou sobre o Termo de Compromisso que está em construção com a família Brienza Lopes, moradores tradicionais da Praia do Caixadaço. Para a apreciação do TC foi marcada a realização de uma reunião extraordinária do conselho, com pauta única, a ser realizada no dia 21 de setembro, em formato híbrido, presencial e virtual. Neiva questionou quanto ao atendimento de outras famílias caiçaras da Trindade que tiveram seu direito retirado.

Já passando das 15:30, horário pactuado inicialmente para encerramento da reunião, buscou-se sistematizar os encaminhamentos surgidos ao longo da reunião:

- Agendamento da reunião Extraordinária para apresentação do Termo de Compromisso com a família Brienza Lopes e os outros TCs em andamento em Trindade – 21 de setembro, híbrida.
- GT Pedra da Macela: retomar trabalhos junto com o COMTUR de Cunha. Marcar reunião em outubro. (Caio Penteadado mobilizar)
- Moção do conselho reforçando os direitos das comunidades tradicionais: trabalhar no coletivo (AMOT coordena com apoio do Fórum de Comunidades Tradicionais), ICMBio recepcionar e apresentar para aprovação na extraordinária de setembro.
- GT Sertões: fazer o diagnóstico das ocupações em São Gonçalo, em parceria com universidades, preferencialmente (laudo antropológico, se possível). Usar o trabalho em São Gonçalo como diretriz para outras comunidades.
- Sertão de Mambucaba: reunião dia 19 de novembro com a comunidade para apresentar as regras pactuadas para o portal.
- ICMBio buscar rearticular o GT de SJB.

Registro feito por Sylvia Chada com a colaboração de Maristela Resendes e Carlos Felipe Abirached